

**A inclusão do aluno com deficiência em uma escola pública da cidade de Araguaína no Tocantins: um estudo de caso****Inclusion of the disabled student in a public school in the city of Araguaína in Tocantins: a case study**

DOI:10.34117/bjdv6n6-357

Recebimento dos originais: 08/05/2020

Aceitação para publicação: 15/06/2020

**Juliana Rodrigues Costa**

Discente e orientanda de iniciação científica da Faculdade Católica Dom Orione – FACDO  
E-mail: juliana\_rodriguescosta@hotmail.com

**Marlon Magno Rangel Cardoso**

Docente e orientador Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT  
E-mail: marlon@catolicaorione.edu.br

**RESUMO**

Na perspectiva da inclusão, devemos pensar a educação como um processo em que se amplia o acesso, a participação e a aprendizagem de todos nos estabelecimentos de ensino regular. A influência da família no desenvolvimento se dá, primordialmente, através da relação estabelecida por meio da via fundamental: a comunicação. O trabalho propôs analisar como é estabelecida a relação entre escola, família e alunos que possuem deficiência. A metodologia empregada no trabalho foi a pesquisa de campo, onde ocorreram entrevistas com a equipe docente da instituição de ensino determinada. Os resultados do presente estudo certificam que apenas a inserção do aluno com deficiência nas escolas não é o bastante para o aprendizado ou trocas sociais, é preciso que haja compatibilidade entre as famílias, a escola e o aluno. Julga-se, além disso, suporte psicológico conjunto com a orientação pedagógica necessária e faltosa, onde acarreta na ausência de preparação de todos os componentes da instituição para que se lide melhor com o aluno, sobretudo inclusive, do próprio aluno.

**Palavras-chave:** Educação, Alunos, Deficiência, Exclusão, Inclusão, Assistência.

**ABSTRACT**

In the perspective of inclusion, we should think of education as a process that broadens access, participation and learning for all in regular schools. The influence of the family on development occurs primarily through the relationship established through the fundamental way: communication. The study proposed to analyze how the relationship between school, family and students with disabilities is established. The methodology used in the study was field research, where interviews with the teaching staff of the given educational institution occurred. The results of the present study confirm that only the insertion of the disabled student in the schools is not enough for the learning or social exchanges, it is necessary that there is compatibility between the families, the school and the student. In addition, psychological support is considered together with the necessary and lacking pedagogical orientation, where it results in the absence of preparation of all the components of the institution so that it is better dealt with the student, especially the student himself.

**Keywords:** Education, Students, Deficiency, Exclusion, Inclusion, Assistance.

**1 INTRODUÇÃO**

O “sentir-se” inserido no meio social no qual se vive é uma das grandes necessidades do ser humano. A Constituição Federal de 1988 tratou de assegurar a igualdade como pilar, não só do ordenamento jurídico, mas da sociedade.

Conforme aduz o artigo 208, inciso III da Constituição Da República Federativa do Brasil “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Não obstante, é preciso dar especial atenção à grande porta dessa inserção social: As escolas públicas, em razão de constituir-se um espaço privilegiado para o reconhecimento e valorização das diferenças como fator de união e desenvolvimento humano. No entanto, a realidade brasileira nos mostra que a inclusão da pessoa com deficiência nesse ambiente se dá muitas vezes de forma ineficaz, e em grande parte, de forma alguma.

Partindo dessa premissa, faz-se necessária a discussão do tema, já que o mesmo enfoca a visibilidade as pessoas que lutam contra o julgamento acerca de sua deficiência, seja ela física ou intelectual, com um contexto voltado para alunos com deficiência física e o modo com que são incluídos no núcleo social, familiar e educacional, buscando analisar historicamente a rota traçada por essas pessoas, para uma melhor compreensão do atual momento. A trajetória enfrentada na busca da quebra de paradigmas e preconceitos acerca dos limites inerentes à deficiência exige a discussão cada vez mais presente nos âmbitos social-familiar, como condição de uma relação saudável em que ambas as partes se dispõem a construir um ambiente favorável ao aprendizado.

Desta forma, faz-se importante não só a análise das causas inibitórias dessa inclusão, mas principalmente, de pequenas atitudes que se inseridas no ambiente escolar, seja pela implantação de políticas públicas, como pela questão da empatia, que significa a compreensão do estado do outro, colocar-se no lugar dele, isso, pode fazer a diferença na experiência educacional e de acesso ao ensino desses alunos.

Ademais, é essencial que haja a conscientização da população no sentido de reconhecer o deficiente como sujeito de direitos, capaz, dentro de suas limitações, de desenvolver suas habilidades. Além disso, é inegável o crescimento dos alunos com deficiência no ambiente da escola pública, razão em que se questiona o que o Estado tem feito para garantir a inclusão, quais os espaços e equipamentos oferecidos, além das condições de acessibilidade necessárias ao acolhimento e permanência dos alunos nas escolas.

É relevante salientar períodos históricos que viam a incapacidade de maneiras distintas. Na pré-história, o homem começava a manifestar seu lado racional, assim a noção do ambiente

começava a se ampliar, e com isso, eram poucas as pessoas com deficiência que sobreviviam às situações a que eram expostos os grupos primitivos, sendo assim, neste período há mais uma questão de se adaptar ao ambiente do que qualquer outra questão social, religiosa ou política. (Gugel, 2007).

No Egito antigo, há evidências arqueológicas a respeito de pessoas com deficiência, e, um dado importante é que esses sujeitos não eram vistos com olhos diferentes, pelo contrário, faziam parte de diferentes classes sociais, como faraós, nobres e até os artesãos. Por outro lado, na Grécia, o modo que se referiam a incapazes era outro. Para Gugel (2007), no livro de Platão, *A República*, pessoas com deformidades deveriam ser eliminadas da cidade estado, baseando-se na perfeição do homem como o ideal a ser atingido.

Na Roma antiga, os tratamentos eram diferentes do que acontecia no Egito, os pais tinham o direito de matar, por afogamento os seus filhos que carregassem consigo algum tipo de deformidade (Garcia, 2011).

Todavia, com o surgimento do cristianismo, do amor e generosidade como principal fonte vital, foram afrontadas essas atitudes com bebês e crianças deficientes. Pessoti (1984, p.4) afirma em seu exposto-que: “No período da inquisição católica, milhões de pessoas (hereges, adivinhos, loucos e deficientes mentais) foram condenadas e mortas. Mas, com a moral cristã torna-se inaceitável a prática espartana e clássica do infanticídio”. Os cristãos com o passar do tempo, foram mudando a concepção da sociedade Romana nesse sentido, então, foram criados hospitais que atendiam pessoas com deficiência.

A Idade Média<sup>1</sup> carrega uma concepção religiosa em relação ao nascimento de pessoas com deficiência. Para alguns isso era um castigo de Deus e as pessoas que assim nasciam estavam condenadas, para outros, era o poder de feitiços de grandes bruxos e ainda existia a ideia de que eram filhos de demônios com mulheres. (Gugel, 2007). Pessoas com deficiências eram verdadeiros bobos da corte nesse período. Todavia, um fator importante foi à fundação do primeiro hospital para pessoas portadoras de deficiência visual, foi fundado pelo rei Luís IX.

O Brasil somente na década de 90, passou a ver a inclusão social com outros olhos. Na Tailândia, onde aconteceu a Conferência Mundial de Educação para Todos, o Brasil assumiu a responsabilidade de suprimir o analfabetismo e estender para todo o país o ensino fundamental, assumiu também o compromisso de criar meios para proporcionar uma educação inclusiva no país.

---

<sup>1</sup> Idade Média foi um período histórico marcado pela ascensão da Igreja Católica depois da queda do Império Romano, onde a mesma explicava todas as coisas baseadas na divindade e nas atividades paranormais.

O contato com deficientes físicos foi muito difícil ainda mais pelo ciclo histórico por eles traçados, foram mortos, caçados, julgados, abandonados, e tudo isso por um defeito físico, defeito que qualquer pessoa poderia ter nascido com. A inclusão de pessoas estigmatizadas diz respeito à igualdade que fora assegurada pela CF, e é tão importante como qualquer outro princípio fundamental. Não deveria nunca ter existido tal distinção, já que são pessoas como qualquer outra, apenas com seu defeito visível. (Goffman, 1963).

Deve-se acrescentar que ao refletir sobre o momento em que descobriu que as pessoas que têm seu estigma são pessoas iguais a qualquer outra, o estigmatizado pode chegar a tolerar que os amigos que tinha antes do estigma considerem desumanos aqueles a quem ele aprendeu a ver como pessoas tão completas quanto ele. (Goffman, 1963, p.49).

A falta de informação acarreta em uma ignorância massificada em relação a pessoas com deficiência física. Há ainda, pessoas que afirmam que pessoas com tais deficiências são completamente inválidas, há ainda, quem concorde que essas pessoas são capazes apenas de sobreviver. O que mostra totalmente o contrário em relação a esses pensamentos são as Paraolimpíadas desde 1960 como trata Renato Marques (2008), onde os deficientes físicos mostram ao mundo inteiro de anos em anos, que são capazes.

Romper com preconceitos é a principal característica da luta de pessoas com deficiência, não só a sua luta do dia a dia basta, há ainda julgamentos de outros que nem sequer muitas os conhecem, mas estão presentes, dizendo que eles não são capazes, quando são sim, mas por pensamentos negativos, podem chegar a pensar o contrário e o preconceito começa a partir dele mesmo. Empatia significa a capacidade psicológica para sentir o que sentiria outra pessoa, talvez, seja o que falta hoje.

Chegando aos dias atuais, pode-se fazer uma análise do tratamento estatal em relação a essas pessoas desde que fora criada a inclusão, como ela ajuda na eliminação de barreiras e preconceitos ainda existentes.

## **2 NA HISTÓRIA**

Conhecer as representações nortearam a concepção acerca da deficiência, em cada período da história, auxilia a compreender o lugar da criança com necessidades especiais na sociedade contemporânea.

Ao longo dos tempos a pessoa com deficiência foi vista e tratada de diferentes maneiras pela sociedade, conforme a concepção de homem, de sociedade, seu valor social, moral, religioso e ético.

O conceito de deficiência tem relação com a concepção social e econômica e o ideal que norteia cada período da história da humanidade (Pessoti 1984).

Na sociedade antiga, onde a perfeição do indivíduo era muito valorizada, a criança deficiente era deixada ao relento para que morresse. Segundo Pessoti, “em Esparta, criança portadora de deficiência era considerada sub-humana, o que legitimava sua eliminação ou abandono” (1984, p. 3).

Na Idade Média, devido à influência da Igreja, o deficiente passou a ser visto como possuidor de alma, filho de Deus e, portanto, não era mais abandonado, mas sim, acolhido por instituição de caridade. Ao mesmo tempo, porém, o deficiente era considerado produto da união entre mulher e demônio, o que justificava a queima de ambos, mãe e criança (Schwartzman, 1999). Além dessa prática, usavam-se também outras mais “amenas” como: punição, tortura e maus-tratos no lidar com essas pessoas.

No século XVI, conforme expõe Schwartzman (1999) o deficiente já não era considerado criatura tomada pelo diabo e digna de tortura e fogueira, mas sim, doentes ou vítima de força sobre-humana, digna de tratamento e complacência. Nos dois séculos seguintes, ampliaram-se as concepções a respeito da deficiência em todas as áreas do conhecimento, favorecendo diferentes atitudes frente ao problema, isto é, da institucionalização ao ensino especial. Mas, foi somente no século XIX que se observou uma atitude de responsabilidade pública frente às necessidades do deficiente.

Ainda hoje, no sistema capitalista, a produção é exigida igualmente para todos os indivíduos e aqueles que não conseguem atingir as expectativas dos detentores da produção são vistos como desviantes, sendo o deficiente incluído nesta categoria. Esses valores levam à segregação do indivíduo deficiente. Este, por sua vez, é considerado incapaz e fraco, pois não se enquadram nos moldes produtivos do sistema vigente. Segundo Glat (1995), a rejeição da sociedade à pessoa deficiente reflete a própria fragilidade social, pois, tudo que é diferente e anormal chama atenção e pode causar variadas reações.

A “diferença” é parte inerente ao conceito de deficiência e traz em si mesmo a possibilidade do preconceito, caracterizada pela aversão ao diferente. A diferença poderia não traduzir esta forma de preconceito se fosse reconhecida como fazendo parte da essência humana (Mazzota, 1996).

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/ exclusão quando o sistema de ensino universaliza o acesso, mas continua

excluindo indivíduo e grupo considerado fora do padrão considerado normal (Matiskei, 2004). De tal forma, a exclusão tem apresentado característica comum no processo de segregação e integração, que pressupõe a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

Ao que declara o Estatuto da Pessoa com Deficiência no art. 40 “É direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem”. E ainda no seu parágrafo único “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar”.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentada no reconhecimento da diferença e na participação do sujeito, ocorre uma identificação do mecanismo e processo de hierarquização e produção de desigualdade, que faz distinção do aluno em razão de característica intelectual, física, cultural, social e linguística, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação familiar e escolar.

### **3 ASSISTENCIALISMO**

Assistencialismo é uma ação benevolente, podendo ser individual ou em conjunto, de cidadãos comuns ou membros do Estado prestando serviços as camadas menos favorecidas ou marginalizadas e ao abandonar a descrença na capacidade de pessoas com deficiência, nasce o assistencialismo, que não busca ainda a crença na capacidade desses indivíduos, mas a proteção, a assistência.

É importante reiterar que não apenas os pais são os responsáveis por pessoas com deficiência, todo o corpo social também é, logo, a escola assim como outros entes seja público ou privado. O que diz do corpo docente é de grande valor que sejam devidamente capacitados, prontos para dar a assistência necessária (Matiskei, 2004).

Fazer uma ruptura de paradigmas é no mínimo desafiador, visto toda a história que carrega a cerca disso, então, não apenas professores e corpo docente tem que passar por um processo de capacitação didática e pedagógica, mas toda a sociedade, claramente não voltada à escolarização, mas voltada a humanização no qual devem todos ser tratados.

Pensamos que não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada. Que busque capacitar-se, visto que somente a formação inicial pode não ser

suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. (Brasil, 2001, p.77).

Ao que diz respeito ao assistencialismo oferecido, temos como base preceitos descritos nos Direitos Humanos, Estatuto da pessoa com deficiência e como já falado, a Declaração de Salamanca etc. Sobretudo para que haja um assistencialismo de fato ocorrendo na sociedade o abstrato tem de deixar o plano do invisível, todas as normas positivadas pelo ordenamento jurídico, necessitam que vigorem também no plano concreto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece o que dever do Estado com educação pública será permanente mediante o dever de: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” descrito no Art. 4º, item III.

Ainda ao que aduz na Declaração Universal dos Direitos Humanos,

Artigo 26º 1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (ONU, 1948).

A educação inclusiva é agora, acreditar na capacidade desses indivíduos desenvolvendo modos de mudança e desenvolvimento, e sobre isso, como já tratado, depende não só da proteção com o assistencialismo, mas da capacitação da sociedade como toda, em maior observância, da escola.

#### **4 QUADRO DEMONSTRATIVO DE REVISÃO DA LITERATURA CONTENDO PUBLICAÇÕES QUE REFORÇAM A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO SOCIAL**

Desde que o Brasil adotou a política de educação inclusiva, esse tema tem ocupado grandes congressos, simpósios, discussões e outras maneiras de debater o assunto, que tem grande importância de conhecimento de causa, trata-se de pessoas que historicamente tiveram na sobra da sociedade que os excluía, maltratavam ou até matavam. É de suma importância à proporção que o tema vem obtendo. Segue abaixo algumas das pesquisas realizadas sobre o assunto nos últimos anos:

AUTO	TEMA	LOCAL	ANO
Anderson de A. Reis. Paloma Marcelino Mota. Danilo Mota de Jesus.	Lei brasileira de inclusão nº 13.146/2015: do direito à educação.	-	2017.
Elenilda Sinésio. Alexandre da Silva.	Educação inclusiva: exclusão e marginalização no âmbito escolar.	Campina Grande/ PB	2014.
Priscila Benitez. Camila Domeniconi.	Inclusão Escolar: O Papel dos Agentes Educativos Brasileiros.	São Paulo/SP	2015.
Nelma S. R. de Araújo. Eliane Ramos de A. da Silva.	A inclusão do aluno com deficiência intelectual na escola regular.	Nova Esperança/PR	2017.
Celi Corrêa Neres. Mônica de C. M. Kassar.	Inclusão escolar de crianças com deficiência: do direito à matrícula ao acesso ao conhecimento em trajetórias escolares.	Corumbá/MS	2016.
Selma Norberto Matos. Enicéia Gonçalves Mendes.	Demanda de professores decorrentes da Inclusão Escolar.	Itapetinga/ BA	2014.
Márcia Denise Pletsc. Mariana Corrêa P. de Oliveira. Daniele Francisco de Araújo.	Considerações sobre a Escolarização de crianças e jovens com deficiência intelectual.	Rio de Janeiro/RJ	2015.

A constatação observada em cada análise das pesquisas é de que a educação inclusiva no Brasil tem sido desafiadora, todavia, as portas abriram-se quando há inúmeras maneiras de proteção a esse direito, fixado em lei e em normas internas reguladoras das instituições são primordiais no reconhecimento desse direito garantido tardiamente.

## 5 ENTREVISTAS REALIZADAS

Durante os meses de fevereiro a maio do ano de 2018, acompanhamos uma aluna que tem deficiência intelectual, está no oitavo ano do ensino regular, é acompanhada na sala de aula por uma professora auxiliar e faz parte da Sala de recursos multifuncionais da escola. Ela tem dezesseis anos, e mora com o pai desde os oito, a pessoa mais próxima dela é a madrasta, que cuida como se fosse mãe. A madrasta tirou um tempo para conversar sobre a enteada e suas dificuldades. Na pesquisa

também foi entrevistada a Coordenadora Pedagógica da escola, uma professora do ensino regular e a professora da Sala de recursos. A aluna tem um desenvolvimento ainda primário, não sabe ler, mas as professoras afirmam que vai aprender. A sua maior evolução é no âmbito de social, demonstra grande habilidade de socializar.

### **ENTREVISTA 1 - COORDENADORA PEDAGÓGICA**

Pesquisadora: Qual sua visão sobre a educação inclusiva?

Coordenadora: Bem, a educação inclusiva, apesar de ter demorado em ser implementada e mesmo com a demora ainda seja difícil para ser trabalhada e aceita no processo educacional, é algo de suma importância para que essas crianças, adolescentes e até esses jovens, que hoje ainda tem deficiências sejam acolhidos dentro da unidade escolar para que socializem e desenvolvam atividade como qualquer um outro aluno.

Pesquisadora: Você acha que a inadaptação física da escola é um modo de negligência, mesmo que não tenham alunos com necessidades especiais físicas matriculados na instituição?

Coordenadora: Ainda há muita negligência, não só na estrutura física, mas no próprio processo profissional dos educadores, estado, governo, programou uma lei, que não vem sendo trabalhada como deveria, porque acredito que tem que ter uma formação dos profissionais da educação para que eles possam atender essas crianças. No quesito estrutural é difícil sim, toda escola tem que está adaptada para receber qualquer tipo de aluno, tanto como a despreparação dos professores.

Pesquisadora: Aqui nessa instituição de ensino que é pública, como se dá a recepção de alunos com deficiência intelectual?

Coordenadora: Olha.... Na nossa escola, nós temos 18 alunos com deficiência e mais da metade tem deficiência intelectual, todos eles são acompanhados pela professora auxiliar, e auxílio para a professora do AEE, os professores planejam especificamente para esses alunos para que possam mantê-los incluídos juntos com os outros nas atividades.

Pesquisadora: Em relação a esses professores, há uma capacitação?

Coordenadora: Os professores auxiliares sim recebem uma série de capacitação, mas não é a que realmente deveriam receber, muitos deles são contratados pelo Estado e até ano passado não havia nenhum tipo de exigência, formação, a partir desse ano o regimento escolar já traz uma exigência de formação no magistério então acredito que vá mudando nos próximos anos, mas mesmo assim tem uma capacitação na diretoria de ensino, a técnica da educação especial, realizam em evento com os professores da APAI onde passam parte do conhecimento deles para esses professores, e na

própria escola tem também a professora do AEE, professora Aurélia que acompanha e auxilia esse trabalho.

Pesquisadora: Você é da rede pública de ensino, sendo pública o agente responsável é o Estado no caso, do Tocantins, falando dele, há um amparo com relação a esses alunos ou se a única função dele nesse âmbito foi apenas programar a lei?

Coordenadora: Não há para os profissionais uma capacitação realmente para lidar com os alunos, está chegando, mas lenta, muito demorada, então eu vejo uma falha muito grande, um desamparo nesse sentido. Os professores auxiliares muitos são contratados sem a menor noção do que é lidar com esses alunos, há professores que não tem perfil nenhum para ser professor auxiliar, alguns professores também não aceitam que eles têm que trabalhar com aquele aluno, que aquele aluno é responsabilidade dele, então nisso também vejo uma falha do Estado, principalmente.

Pesquisadora: A educação inclusiva é uma política pública adotada recentemente pelo país, para você essa política funciona de fato baseada nas suas premissas?

Coordenadora: Bom, aqui na nossa escola, a gente tenta fazer com que ela funcione que ele seja respeitado, tenha seus direitos..., mas a gente sabe que na maioria das vezes não é assim que acontece, ainda vemos muita falha, ainda deixa muito a desejar.

Pesquisadora: O que acontece quando um aluno com deficiência intelectual não apresenta evolução na sua aprendizagem?

Coordenadora: Dependendo da situação, esse aluno não desenvolveu habilidade de sua série, mas sim de acordo com sua capacidade mesmo que não sejam as mesmas que os demais alunos desenvolveram, ele pode ser promovido de série ou pode permanecer na mesma série, desde que aquilo venha contribuir, como por exemplo, casos de aluno que precisam de mais um tempo para fortalecer determinada coisa em sua aprendizagem.

Pesquisadora: Como é a sala de recurso multifuncional da escola?

Coordenadora: É uma sala ampla, agradável, cheia de recursos, uma professora preparada que tem ótima experiência profissional, é uma sala acolhedora, penso que os alunos gostam, pois tem alunos que querem vir todo dia e cada um tem seu horário.

Pesquisadora: Em relação aos pais, como a escola lida com os pais que tem dificuldade sobre seu filho ter uma deficiência?

Coordenadora: Olha, eu vejo que a maior dificuldade de muitos alunos é a questão dos pais, são os primeiros a não aceitarem, entenderem e perceberem que o filho possui necessidades a serem atendidas, as vezes percebemos que os pais são omissos, ausentes. Lidamos com eles da melhor

maneira possível, sempre convocando, conversando sobre o aluno, mas o retorno nem sempre é de acordo.

Pesquisadora: Qual a importância da estimulação precoce dos alunos com deficiência que iniciam sua escolaridade nos primeiros anos de vida?

Coordenadora: É importantíssimo, uma das nossas maiores dificuldades. A maioria dos pais não percebe cedo à necessidade do filho, então ele não é estimulado, então fica mais tarde e demoram mais, os pais tem que notar, procurar recursos, hoje existe muitas possibilidades.

Pesquisadora: Aqui na escola já teve alguma palestra sobre a educação inclusiva?

Coordenadora: Sobre a educação inclusiva mesmo, não. Mas já estivemos com psicólogos que trabalham essa questão do diferente, da educação. A nossa professora do AEE está sempre passando em todas as salas conversando com os alunos, de que maneira que eles têm que receber, tratar os alunos, porque pode acontecer dos outros alunos quererem tachar, praticar bullying, então a gente está sempre tentada fazer com que todos entendam,

Pesquisadora: Como é a relação dos alunos entre si, incluindo aí os deficientes?

Coordenadora: Eu vejo que os alunos aqui têm certo cuidado com esses alunos, a maioria deles cuidam, quando acontece algo eles dizem, conversam com a coordenação, então eu vejo um trabalho bem feito, tanto dos professores como da professora do AEE. É importante a harmonia, a compreensão.

## **ENTREVISTA 2 – MADRASTA**

Pesquisadora: Quando a senhora conheceu a R. (aluna acompanhada), ou o pai, já tinham noção que ela seria amparada por uma educação especial?

Madrasta: Não, a princípio quando vieram descobrir e aceitar a R. já tinha mais de cinco anos.

Pesquisadora: Ela começou a estudar com quantos anos?

Madrasta: Com dois.

Pesquisadora: Ela tinha quantos anos quando foi diagnosticada com a deficiência?

Madrasta: Não lembro, mas já tinha muito mais que cinco anos. A família percebia todo mundo percebia que ela é especial, mas não aceitavam, depois de um tempo levamos ela ao médico, ao psiquiatra, hoje ela tem laudo e a família aceita. Toma remédio controlado todos os dias, tem acompanhamento no CAPS com psicólogo...

Pesquisadora: Em uma conversa com a Coordenadora Pedagógica da escola, ela disse que muitos pais não querem aceitar que seus filhos precisam de uma educação especial, ficam retraídos, receosos. Aconteceu isso com a R.?

## **Brazilian Journal of Development**

Madrasta: Aconteceu.

Pesquisadora: A educação especial, inclusiva é nova no Brasil, não tem 30 anos e agora que o Estado tem trazido meios necessários para amparo adequado. Como a senhora vê o desenvolvimento dela aqui na escola?

Madrasta: Ela tá se desenvolvendo. A professora disse que é possível que ela aprenda a ler, vai aprender a ler. Só que em casa não consigo ver evolução, mas eu incentivo muito.

Pesquisadora: Ela já teve problema para se inserir no meio social?

Madrasta: Não, ela nunca teve problema não, aonde ela chega consegue se adaptar bem a todo mundo que tá lá, a primeira vez que ela te vê é como se te conhecesse há vinte anos.

Pesquisadora: Qual a deficiência dela?

Madrasta: Ela tem transtorno, déficit de atenção.... até na consulta o pai dela ficou ressentido com a doutora, chateado ela usou a palavra retardo, disse que o cérebro dela tem limite, ela tem dezesseis anos, mas a cabecinha dela tem seis. Não se exige mais dela.

Pesquisadora: Ela já sofreu algum tipo de discriminação?

Madrasta: Já. Na escola mesmo, às vezes ela conta que alguém não se aproxima dela, não quer brincar com ela... E aí a gente já imagina que seja por causa da situação dela.

Pesquisadora: Já teve alguma vez que ela ficou muito triste por situações assim?

Madrasta: Não. Ela não guarda rancor, tem uma qualidade que não guarda mágoa, esquece. Se alguém a maltrata, daqui uns dez minutos ela já esqueceu, como se nada daquilo tivesse acontecido.

Pesquisadora: Como é a relação dela com o pai?

Madrasta: É boa. Ela respeita o pai, ela é teimosa, mas ele cuida dela, é carinhoso, cuida muito.

Pesquisadora: O que a senhora espera do futuro da R.?

Madrasta: Tenho vontade de ver ela formada, trabalhando, independente. Ela diz que vai ser veterinária, médica de cachorro e eu digo pra ela “pois estuda, tem que estudar”. Eu incentivo muito, digo que com estudo ela vai poder ir à loja comprar o que quiser com seu dinheiro.

Pesquisadora: O incentivo é de ambas as partes da família?

Vou dizer que é difícil, complicado o cuidar de uma criança assim, mas é gratificante, vale muito a pena.

### **ENTREVISTA 3 – PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO REGULAR**

Pesquisadora: Professora a senhora é recém-formada, há quanto tempo é professora titular da sala de aula?

Professora: Tem um ano e meio já.

Pesquisadora: Nesse tempo, a senhora já se deparou com algum aluno com deficiência intelectual?

Professora: Sempre se depara com muitos. Tenho vários alunos que tenho observado que tem certas dificuldades que outros não tem, acho que os pais deveriam observar mais, participar mais. Eu procuro entender, ajudar, mas não depende só da gente.

Pesquisadora: E como é a desenvoltura da coordenação/ orientação pedagógica a respeito disso?

Professora: Eu admiro muito a equipe pedagógica, eles estão sempre preocupados com a aprendizagem do aluno, eles conhecem nome por nome. Desempenham bem o papel que lhes são empregados.

Pesquisadora: Como são as atividades para esses alunos?

Professora: Eu observo a maior dificuldade, mas não vejo isso sozinha, há conversas com o professor auxiliar do aluno, com a professora da sala de recursos e é trabalhado em cima daquilo que é carente no aluno.

Pesquisadora: A senhora é professora da aluna R. que cursa o oitavo ano, certo? Eu gostaria que a senhora elucidasse a questão de aprendizagem dela.

Professora: Eu dou aula pra ela tem quase um ano e é uma aluna que eu admiro muito. Ela tem facilidade de pegar as coisas no ar, é esforçada, ela aprende rápido. Ela é muito ativa na participação na aula, quer dar sua opinião. Tenho percebido um avanço.

Pesquisadora: Qual o incentivo para esses alunos?

Professora: Estudos sempre abrem portas, mesmo com todas as dificuldades que irão enfrentar, há muitas pessoas com deficiências que são formadas em algum curso superior.

Pesquisadora: Para todos os alunos que a senhora é professora, qual a importância do entender a deficiência intelectual?

Professora: Melhora a convivência, o comportamento. Muitas vezes quando não se tem conhecimento, se é ignorante sobre aquilo e na sala de aula temos alunos que portam algum tipo de deficiência intelectual, praticamente tem um aluno assim em cada sala e percebo que quando se falou disso nas salas de aulas, os outros alunos acabaram enxergando com mais empatia, sim.

Pesquisadora: A educação especial no Brasil é uma política pública adotada a pouco tempo. A senhora acha que ela funciona? É de fato inclusiva?

Professora: Sim, percebi que com o passar dos anos as coisas mudaram, a questão da aceitabilidade estão bem mais tranquilo, os alunos que portam deficiência se sentem importantes porque antes se sentiam um nada, quando eu estudava eles eram todos muito reclusos, pois não tinham professores auxiliares, e o professor titular não tinha preparo, não tinha esse olhar pro diferente, algo que mudou muito da minha época pra cá.

Pesquisadora: Qual sua visão sobre os professores auxiliares?

Professora: Penso que se o Estado investisse em capacitações desses professores, o rendimento dos alunos seria muito melhor. Percebo que são pessoas capazes sim, mas não tem a capacidade específica, porque ser um professor auxiliar requer algo específico, então o Estado teve uma boa iniciativa para com essa política pública de inclusão com esses professores, mas ainda falta para que seja realmente algo certo.

Pesquisadora: A senhora já presenciou algum tipo de discriminação entre os alunos?

Professora: Sim, assim que cheguei nessa escola, alguns colegas faziam chacota dos alunos especiais da turma, e eu como professora, vi aquilo e decidi que conversar com a tudo sobre respeito, empatia, superioridade que não existe, e surtiu efeito sim. Diálogo é sempre o melhor caminho.

Pesquisadora: A semana da luta da pessoa com deficiência, qual a importância?

Professora: É importante frisar a luta dessas pessoas, a luta da família, a dificuldade que foi traçar esse caminho para que chegassem até aqui, frequentar a escola e receber um retorno, ser incluído e não mais excluído. Mas tem que ser sempre trabalhado, sempre revisto.

Pesquisadora: Se eu convidasse a senhora a fazer um gráfico com relação ao desenvolvimento da aluna R. nesse ano letivo, como ele seria?

Professora: Porque ela tem mais desenvolvimento na leitura e na interpretação do que na escrita, na escrita ela teria que saber ler para ter um bom desenvolvimento. Ela participa muito da aula, então acaba que entende, interpreta. Não se pode notar apenas em questões de dentro da sala de aula. E, daqui uns dias ela vai ler muito bem, tem um avanço sobre isso mesmo que a madrastra não observe, talvez seja o ambiente, muitas vezes a metodologia, tudo isso é importante observar.

#### **ENTREVISTA 4 – PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (AEE)**

Pesquisadora: Há quanto tempo a senhora está à frente da sala de recursos multifuncionais?

Professora (AEE): Há cerca de 15 anos.

Pesquisadora: Qual a sua formação?

Professora (AEE): Sou formada em Geografia.

Pesquisadora: Como a senhora, formada em geografia ingressou nessa área de formação?

Professora (AEE): Necessitava-se de uma sala de recursos na escola e eu tinha habilidades notáveis com os alunos que possuíam algum tipo de deficiência. Vocação. Desde então, trabalho aqui e tenho diversas capacitações para estar onde estou.

Pesquisadora: A senhora fez algum tipo de capacitação para que pudesse fazer parte desse ambiente?

## **Brazilian Journal of Development**

Professora (AEE): Sim, muitas vezes fiz e ainda faço sempre diversos tipos de capacitações, cursos, leio livros, tudo para cada vez mais aperfeiçoar e melhor atender cada aluno especial que chega aqui.

Pesquisadora: Sobre a aluna R., qual o desenvolvimento dela aqui?

Professora (AEE): Olha aqui é sala de recurso multifuncional, então se trabalha as áreas que não são geralmente trabalhadas na sala de aula, aqui ela interage de forma completamente direta com os colegas, o contato é mais direto porque são poucos alunos atendidos por vez.

Pesquisadora: A senhora vê melhora na aprendizagem dela?

Professora (AEE): Sim, a gente sempre treina muita leitura, uma pessoa que lê escreve e interpreta, mas é o básico, ela tá no oitavo ano, mas ainda está aprendendo o básico, vai sair daqui sabendo ler.

Pesquisadora: Sobre leitura, interpretação e escrita, o que melhor ela apresenta?

Professora (AEE): Leitura, estamos batendo nessa tecla e ela está se empenhando, daqui um tempo saberá ler com fluência. Ela tem um pouco de dificuldade maior na escrita pela sua leitura não ser boa, ela ainda precisa de ajuda, bastante até. Na interpretação é boa, pega as coisas no ar, se você disser uma vez ela lembra.

Pesquisadora: A sala de recursos tem um apoio da equipe pedagógica?

Professora (AEE): Sim, todo mundo se ajuda aqui, tem muita conversa sobre os alunos, os pais são chamados quando observamos alguma coisa e com eles, alunos, também tem conversa, falamos sobre se sentirem únicos não pela deficiência, mas por ser um ser humano único, isso tem que ser falado além de todo o ensinamento pedagógico.

Pesquisadora: Para cada aluno, um tipo de atividade?

Professora (AEE): Sim. Aqui temos alunos com as mais diversas habilidades, então no que a R. é hábil, outro aluno pode não ser e assim vice-versa. Por exemplo, aqui trabalhamos também o convívio social, a desenvoltura deles na sociedade inseridos, e a R. tem muita facilidade nisso, ela é aberta, carismática, conversa com as pessoas, não é retraída, o que não se observa em todos os alunos que frequentam a sala.

Pesquisadora: São atividades parecidas com as que a professora da sala de aula passa?

Professora (AEE): Algumas vezes trabalhamos com aquilo que a professora passa por ser uma atividade para ser realizada em casa, eles na sua grande maioria realizam aqui, mas trabalhamos com diversas atividades, brincadeiras, eles gostam muito quando aprendem com jogos, são jogos e por isso gostam, mas não deixam de absorver algo com aquilo.

Pesquisadora: Você percebe que eles se sentem à vontade aqui?

Professora (AEE): Sim, cada um tem seus dias específicos para vir, mas querem vir todos os dias, algumas vezes recebemos outras não pela quantidade de alunos, pelos que estão aqui e é trabalhado, mas eles se sentem muito queridos aqui e são realmente.

Pesquisadora: O que você espera deles?

Professora (AEE): Que aprendam que estudar é a base, batemos muito nessa tecla, estudar mesmo apesar de tudo, sempre. Trabalho aqui há muito tempo e já me despedi de muitos alunos, sempre desejei um futuro promissor a cada um deles e de fato alguns conseguiram outros não, mas a vida é assim mesmo.

Pesquisadora: Vou pedir para a senhora traçar o desenvolvimento da R. em um gráfico e a senhora esboça, dos últimos dois anos que ela estuda e frequenta a sala de recursos multifuncionais.

## **6 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS**

Na pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Professor João Alves Batista, foi acompanhada a aluna R. e observado o seu desenvolvimento, segundo informações comprovadas nas entrevistas realizadas, a aluna teve uma ótima recepção da equipe pedagógica que sempre trabalha em comunhão para melhor atender os alunos que possuem algum tipo de necessidade especial, a participação dos pais dessa aluna é notória, tomam conhecimento da aprendizagem da mesma na sala de aula tanto quanto na sala de recursos. Foi também notado durante a pesquisa que a socialização dos demais alunos é agradável, tiveram alguns conflitos com relação à introdução da aluna acompanhada, mas não duradouro.

Ao realizar a pesquisa de campo, notou-se ao decorrer dos meses inserida na instituição de ensino que as crianças deficientes têm facilidade de adaptação e aceitação no ambiente escolar. Há casos de *bullying* que foram relatados, todavia, contornados pela equipe gestora. Também pela equipe gestora são realizadas rodas de conversa com os alunos sobre a questão da deficiência, observamos a partir daí que as crianças olham o diferente como diferente, uma vez que não conhecem, sobretudo, com a explicação dos professores ou demais, há um entendimento a respeito da situação do colega. A escola aonde ocorreu o estudo de casos é uma instituição de ensino onde cabem todos os alunos que possuem deficiência, apesar de ter escadas, o que atrapalharia na locomoção de alunos com deficiência inferior de seu corpo, há também rampas para o acesso, além disso, notou-se também o auxílio para locomoção de deficientes visuais com faixas no chão.

Os pontos negativos notados na pesquisa são referentes a deficiência intelectual, em que cada aluno tem o seu professor auxiliar, são professores específicos designados pelo Estado onde auxiliam determinados alunos para melhor desenvolvimento na sala de aula. A grande maioria

desses professores não tem capacitação pedagógica específica para lidar com alunos que possuem algum tipo de deficiência intelectual, logo, o desenvolvimento desses alunos é limitado de acordo com cada professor que o acompanha.

Na relação escola-família existe ainda uma lacuna forte observada no trabalho, muitos alunos são desassistidos em casa, o que limita a intervenção da escola a respeito, uma vez que cada aluno que tem determinada deficiência deve possuir um laudo para que assim seja trabalhado seu desenvolvimento em cima da mesma. A negligência familiar é um ato nefasto dos pais para com seus filhos e a escola tenta ao máximo contornar essas situações chamando os pais e esclarecendo os fatos.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva tem se fomentado como um novo método de escolarização partindo do ponto que antes, não havia a necessidade dessa nova formulação do quesito escolas na sociedade, todavia, com a proteção, reconhecimento e garantias, a escolarização de pessoas com deficiência tem se tornado um grande marco ao mesmo tempo em que necessidade para uma sociedade mais humana.

As Organizações das Nações Unidas, na Declaração dos Direitos Humanos pós Segunda Guerra Mundial expressa a precisão de uma educação ampla, efetiva e eficiente a todas as pessoas sem quaisquer distinções oriundas de raças, etnias, orientações sexuais etc. Acordos firmados pelo Brasil para uma Educação Inclusiva são relativamente novos no país, com isso o país ainda se encontra no processo de adequação a essas mudanças e mecanizações. Mas, com a capacitação, adequação e força de vontade, a inclusão tende a passar a ocupar um grande espaço nas escolas, seja na rede pública, seja na rede privada. O caminho é longo e desafiador, mas com o apoio, primordial, vale dizer, do Estado, o parâmetro necessário poderá ser mais realizado e poderá caminhar apenas para o melhor.

Ao realizar a pesquisa de campo, notou-se ao decorrer dos meses inserida na instituição de ensino que as crianças deficientes têm facilidade de adaptação e aceitação no ambiente escolar. Os poucos casos de *bullying* que foram relatados, foram contornados pela equipe gestora, não somando um entrave substancial para os dados dessa pesquisa. Vale ressaltar que também pela equipe gestora são realizadas rodas de conversa com os alunos sobre a questão da deficiência, normalizando determinados perfis, o que nos conduziu a observar que a partir daí as crianças olham o diferente, de fato como diferente, pois não o conhecem. Entretanto, sobretudo, com a explicação dos professores ou demais participantes, há um entendimento a respeito da situação do colega. A escola

onde ocorreu o estudo de caso é uma instituição de ensino em que se aceita alunos que possuem deficiência, apesar de ter escadas, o que atrapalha na locomoção de alunos com deficiência inferior de seu corpo. Há também rampas para o acesso, o que viabiliza a locomoção de muitos dos discentes, além disso, notou-se também o auxílio para locomoção de deficientes visuais com faixas no chão.

Os pontos negativos notados na pesquisa são referentes a deficiência intelectual, onde cada aluno tem o um professor auxiliar. São professores específicos designados pelo Estado cujo auxiliam determinados alunos para melhor desenvolvimento em sala de aula. A grande maioria desses professores não tem capacitação pedagógica específica para lidar com as demandas dos alunos que possuem algum tipo de deficiência intelectual, logo, o desenvolvimento desses alunos é limitado de acordo com o desempenho e a dedicação de cada professor que o acompanha.

Na relação escola-família existe ainda uma lacuna forte observada no trabalho, pois muitos alunos são desassistidos em casa o que limita a intervenção da escola a respeito, uma vez que cada aluno que tem determinada deficiência deve possuir laudo, para que assim seja trabalhado seu desenvolvimento em cima da mesma. A negligência familiar é um ato nefasto dos pais para com seus filhos e a escola tenta ao máximo contornar essas situações chamando os pais e esclarecendo os fatos, sugerindo condutas.

Mesmo com o máximo de assistência prestada, da parte da escola, os alunos que possuem deficiência ainda estão a mercê da negligência do Estado e algumas vezes, da própria família. Observa-se que quanto mais a escola trabalha de forma dinâmica sobre a deficiência na própria instituição, mais fácil fica o esclarecimento para leigos, e até mesmo para as crianças que possuem a deficiência.

Os resultados do presente estudo certificam que apenas a inserção do aluno com deficiência nas escolas não é o bastante para o aprendizado ou trocas sociais, afinal, é preciso que haja compatibilidade entre as famílias, a escola e o aluno, sobretudo os demais alunos da instituição para que andem em um só passo, tornando a vivência dos alunos, não apenas os que portam alguma necessidade especial, mas de todos, mais harmônica e sociável. Acredita-se ainda que a capacitação dos professores é de baixa qualidade e é dever do Estado fornecer uma educação que seja satisfatória. Julga-se, além disso que, um suporte psicológico conjunto com a orientação pedagógica é necessário e faltoso, visto que acarreta uma ausência de preparação de todos os componentes da instituição para que saibam lidar melhor com o aluno, e, sobretudo os alunos saibam se relacionar cada vez melhor entre si.

## REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A). Paris.
- BENITEZ, P., & DOMENICONI, C. (2015). **Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros**. *Psicologia Ciência e Profissão*, 35 (4), 1007-1023.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2010). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducosespecial.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2011). **Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva**. Manifesto. 14 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia\\_080411\\_933.html](http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_080411_933.html)>. Acesso em: 15 de abril de 2018.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** (2003): Promulgada em 5 de outubro de 1988. (32a ed.). São Paulo: Saraiva. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. (1994). Brasília: Corde.
- GOFFMAN, Erving. (1963). **Estigma**. 1 ed. London: Prentice Hall.
- PESSOTI, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP.
- GUGEL, Maria Aparecida. (2007). **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica.
- GASPAR, Vinicius Garcia. (2018). **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 02 de outubro de 2011. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil>> Acesso em: 15 de abril.
- MAZZOTTA, M. J. S. (1996). **Educação Especial no Brasil: história e políticas**. São Paulo, Cortez.
- MATISKEI, Angelina C. R. M. (2004). **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. In: EDUCAR EM REVISTA. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, p. 185. 202.
- MARQUES, Renato. (2009). **Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v.23, n.4, 365-77, out. /dez. SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.) (1999). **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon.